

A expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil entre 1991 e 2020

The expansion of postgraduate studies in Geography in Brazil between 1991 and 2020

La expansión del posgrado en Geografía en Brasil entre 1991 y 2020

Ramon Lucato de Aguilár

<https://orcid.org/0000-0002-1712-2974>

ramonlaguilár@yahoo.com

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá (MT), Brasil

Cleyton Normando da Fonseca

<https://orcid.org/0009-0003-8762-1255>

Cleytongeo10@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá (MT), Brasil

Patricia Christian

<https://orcid.org/0000-0001-5913-2604>

patrichristian@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá (MT), Brasil

Resumo: Busca-se contextualizar, apreender e quantificar o processo de expansão e interiorização dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil nas últimas três décadas, isto é, entre 1991 e 2020. Para tanto, discutem-se as políticas de implementação, consolidação e expansão da pós-graduação no país de um modo geral desde a década de 1960, antes de se realizar um resgate histórico do ensino e pesquisa em Geografia e se examinar os dilemas e desafios da difusão de seus programas de mestrado e doutorado desde a segunda metade do século XX. Por fim, procede-se à quantificação e caracterização geográfica dessa expansão desde 1991, período quando se verificou um notável crescimento do número de programas tanto em regiões onde estes já existiam como em novos contextos espaciais. Constatou-se, além da expansão quantitativa, uma desconcentração que resultou na reversão do quadro inicial de extrema concentração de programas no Sudeste, especificamente em São Paulo. Se em 1991 apenas seis estados concentravam os dez programas existentes, metade dos quais naquele estado, em 2020, após uma taxa de crescimento decenal de aproximadamente cem por cento, os 77 programas de pós-graduação em Geografia distribuíam-se pelas 27 Unidades Federativas, sendo que em São Paulo, estado ainda com o maior número, localizavam-se cerca de 10% destes. Também se constatou que, ao contrário do sugerido pelos números absolutos e por alguns autores, quando confrontados com a dimensão demográfica da região, desde os primeiros anos do presente século o Sudeste caracteriza-se por deficiência de programas de pós-graduação em Geografia, característica que compartilha com o Nordeste, enquanto as demais regiões expõem

excedentes, notadamente o Centro-Oeste, a região relativamente mais beneficiada pela recente política expansionista.

Palavras-chave: Ensino Superior; História da Pós-Graduação; Ensino e Pesquisa em Geografia.

Abstract: This work seeks to contextualize, apprehend and quantify the process of expansion of postgraduate programs in Geography in Brazil in the last three decades, that is, between 1991 and 2020. For this purpose, the policies for the implementation, consolidation and expansion of postgraduate studies in the country are discussed in general terms since the 1960s, before carrying out a historical review of teaching and research in Geography and examining the dilemmas and challenges of dissemination of its master's and doctoral programs since the second half of the 20th century. Finally, it was proceeded to the quantification and geographic characterization of this expansion since 1991, a period when there was a remarkable growth in the number of programs both in regions where they already existed and in new spatial contexts. In addition to quantitative expansion, there was a deconcentration that resulted in the reversal of the initial situation of extreme concentration of programs in the Southeast, specifically in São Paulo State. If in 1991 only six states concentrated the ten existing programs, half of which were in that state, in 2020, after a decennial growth rate of approximately one hundred percent, the 77 postgraduate programs in Geography were distributed among the 27 Federal Units, and in São Paulo, the state yet with the highest number, we found about 10% of the total amount. It was also found that, different from what is suggested by the absolute numbers and by some authors, when confronted with the demographic dimension of the region, since the early years of the present century, the Southeast is characterized by a deficiency in the number of the postgraduate programs in Geography, a characteristic shared with the Northeast Region, while the others show a surplus, notably the Center-West, a region that has been the relatively most benefited by the recent expansionist policy.

Key-words: Higher Education; Postgraduate History; Teaching and Research in Geography.

Resumen: Se busca contextualizar, aprehender y cuantificar el proceso de expansión e internalización de los programas de posgrado en Geografía en Brasil en las últimas tres décadas, es decir, entre 1991 y 2020. Para tanto, se discuten de un modo general las políticas para la implementación, consolidación y expansión de los estudios de posgrado en el país desde la década de 1960, antes de realizarse una revisión histórica de la docencia e investigación en Geografía y examinarse los dilemas y desafíos de la difusión de sus programas de máster y de doctorado desde la segunda mitad del siglo XX. Finalmente, se procede a la cuantificación y caracterización geográfica de esta expansión desde 1991, período en el que se produjo un notable crecimiento en el número de programas tanto en regiones donde ya existían como en nuevos contextos espaciales. Se constató que además de la expansión cuantitativa, hubo una desconcentración que resultó en la reversión de la situación inicial de extrema concentración de programas en el Sureste, específicamente en São Paulo. Si en 1991 solo seis estados concentraban los diez programas existentes, la mitad de los cuales estaban en ese estado, en 2020, luego de una tasa de crecimiento decenal de aproximadamente el cien por ciento, los 77 programas de posgrado en Geografía se distribuyeron entre las 27 Unidades Federales, y en São Paulo, el estado todavía con el mayor número, alrededor del 10% de estos. También se encontró que, contrariamente a lo que sugieren los números absolutos y por algunos autores, al considerarse la dimensión demográfica de la región, desde los primeros años del presente siglo el Sureste en realidad se caracteriza por una deficiencia de programas de posgrado en Geografía, característica que comparte con el Nordeste, mientras que los demás muestran un superávit, destacando el Centro-Oeste, la región relativamente más beneficiada por la reciente política expansionista.

Palabras-clave: Enseñanza Superior; Expansión del Posgrado; Enseñanza e Investigación en Geografía.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender e contextualizar a expansão e interiorização dos programas de pós-graduação em Geografia nas últimas três décadas no Brasil. O estudo empreendido ocorre após uma fase de profundas transformações na pós-graduação brasileira de modo amplo e em Geografia, especificamente, inclusive no que se refere à expansão quantitativa e revolução metodológica de pesquisas sobre como o conhecimento geográfico deve ser abordado no ensino básico, em uma época de rápidas transformações culturais e tecnológicas advindas de um aprofundamento na globalização (Moutinho, 2013). Essas alterações começaram a ocorrer na segunda metade do século passado, em um contexto de modernização social e econômica do país que exigiu a constituição de um corpo profissional, intelectual e tecnicamente melhor preparados, fato que incentivou a expansão da pós-graduação brasileira.

Essas mudanças principiaram nos anos 1960, a partir do Parecer Newton Sucupira (1965) e da Reforma Universitária de 1968, as quais formalizaram os estudos de quarto ciclo no país e buscaram, pelo menos nominalmente, garantir seu equilíbrio geográfico, de modo a não desatender populações deslocadas dos tradicionais centros de conhecimento. Isso, entretanto, verificou-se de modo parcial, pois houve, até anos recentes, uma notável concentração de programas nas regiões Sudeste e Sul (Alves & Oliveira, 2014).

A progressiva integração do interior do país à uma produção capitalista orientada aos grandes centros consumidores nacionais e internacionais (Mota & Lopez, 2016), levou a um maior interesse sobre o território e ao início da expansão dos programas de pós-graduação em Geografia pelo Brasil. Essa propagação, de início tímida – apenas oito cursos de mestrado e dois de doutorado foram constituídos entre as décadas de 1970 e 1980 – recebeu impulso a partir dos anos 1990, com a fundação de cursos de doutorado em centros que já ofereciam mestrados e o advento de novos cursos de mestrado e doutorado em todas as regiões do país.

Nesse aspecto, Pinheiro (2017) denuncia uma concentração de programas no Sudeste que é real em termos de números absolutos, embora não mais em relação à sua dimensão demográfica, conforme se constata nesta investigação: se até o início da década de 1990 70% dos programas de pós-graduação em Geografia aglutinavam-se no Sudeste (menos de 43% da população nessa região na época) e apenas 20% no Nordeste (com cerca de 29% da população nacional) e 10% no Sul (15% da população), em 2020 o panorama era sensivelmente distinto, em benefício das regiões até então desatendidas e em prejuízo do Sudeste – esta região passa a abrigar pouco além de 32% dos programas, embora sua participação demográfica tenha se mantido estável; o Nordeste, com um quarto dos programas, abrigava 27% da população brasileira; o Norte, com cerca de 10% dos programas era domicílio de menos de 9% dos brasileiros; no Sul, com pouco além de 18% dos programas, viviam algo mais de 14% da população; e no Centro-Oeste, região mais favorecida no que refere à Geografia, algo mais de 14% dos programas, ainda que abrigasse menos de 8% da população nacional.

O início dessa expansão geográfica coincidiu com uma etapa de crise, rupturas e redefinição dos marcos da ciência geográfica, na qual antigas fronteiras temáticas foram diluídas a favor de uma abordagem interdisciplinar que busca superar os particularismos que tornam os saberes fragmentários e encerrados em compartimentos estanques. Se até os anos 1980 imperava o dualismo crítico-quantitativo, a partir da última década do século apresenta-se diante da Geografia uma multiplicidade de perspectivas e marcos teórico-metodológicos que, além de enriquecê-la, oferece ferramentas para uma adaptação aos problemas e indagações particulares de um local ou região (Lencioni, 2013).

É nesse contexto que a pós-graduação rompe as barreiras dos centros tradicionais do saber e alcança todos os rincões do Brasil (desde 2019 não há uma Unidade da Federação sem pelo menos um programa de mestrado em Geografia). Se o pluralismo teórico-metodológico do período poderia ser interpretado como parceiro desse emergente pluralismo territorial, o que se observa, no entanto, é uma hesitação dos novos programas em dissociar-se dos imperativos emanados dos centros intelectuais, políticos e econômicos e afirmarem-se em sua realidade socioespacial e inquietações próprias ao território onde se localizam. Temerosos da falta de um imprescindível financiamento a pesquisas que não sejam rotuladas pelas agências – públicas e, cada vez mais, privadas – como de interesse “geral” ou “global”, esses programas acabam reproduzindo os objetivos e marcos de análise de seus modelos (Silva, 2011; Lencioni, 2013).

Para que se logre o objetivo de contextualização e quantificação de como progrediu espacialmente a pós-graduação em Geografia no Brasil nas últimas três décadas, este artigo, além desta Introdução, está organizado em duas seções: a primeira situa o objeto de análise no marco amplo da pós-graduação brasileira e de sua recente expansão; a segunda, desdobrada em duas subseções, realiza primeiro uma breve retomada histórica do ensino e pesquisa em Geografia no país e analisa os dilemas e desafios da expansão de seus programas de pós-graduação a partir da segunda metade do século XX, e, na sequência, quantifica e situa geograficamente esse crescimento nos últimos trinta anos.

Evolução e consolidação da pós-graduação no Brasil

A partir da segunda metade do século XX, processos de modernização socioeconômica e industrialização do Brasil exigiram a formação de um corpo intelectual e técnico mais profissionalizado, o que impulsionou investimentos na expansão quali e quantitativa dos cursos de pós-graduação no país. Nesse momento, aprofundou-se a qualificação de professores e pesquisadores, progrediu-se o equipamento técnico das instituições de Ensino Superior e elevou-se, não apenas o número de programas de quarto ciclo, como a oferta de vagas nos já existentes (Curvelo, 2018).

Alves e Oliveira (2014) comentam que o início de uma estruturação formal da pós-graduação no Brasil ocorreu em 1965, durante o Regime Militar, com o Parecer Newton Sucupira, assim como três anos depois, com a Reforma Universitária de 1968. Nesse momento, educação e projeto de desenvolvimento econômico foram vinculados na concepção de um modelo de universidade que concedesse ênfase à pesquisa e ao ensino de

pós-graduação. Para tanto, o arquétipo universitário estadunidense, com seu escalonamento dos estudos de quarto ciclo em dois níveis complementares – mestrado e doutorado - foi adotado como modelo para as modificações a serem efetuadas no Brasil. Assim, durante as décadas de 1970 e 1980 a pós-graduação vivenciou um momento de organização, institucionalização e expansão, bem como de normatização e ampliação dos meios de fomento cujos mecanismos vigoram até o presente.

Essa reestruturação, todavia, não foi desprovida de episódios polêmicos e traumáticos sobre a organização universitária precedente. Nesse aspecto, Alves e Oliveira (2014) comentam que se formou o consenso, no âmbito das instâncias de decisão, que uma articulação orgânica entre ensino e pesquisa “a serviço das necessidades do país” requereria uma readequação da estrutura universitária. O Decreto-Lei nº 53 de 1966, por exemplo, definiu cada unidade acadêmica – faculdade, escola ou instituto – como um órgão simultaneamente de ensino e de pesquisa em sua respectiva área de atuação (Brasil, 1966), medida que terminou por fragmentar os saberes produzidos nessas instituições, uma vez que minou a anterior intercomunicabilidade entre unidades e as isolou em estancos autorreferenciados. Deve-se considerar, ainda, que essas mudanças ocorreram na conjuntura de um regime político autocrático, com decisões verticalmente impostas e uma notável ausência de diálogo com e entre as partes interessadas.

Outra preocupação das reformas foi a expansão quantitativa e geográfica dos programas. O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), de 1975, já identificava forte concentração na Região Sudeste e um sensível desatendimento nas demais regiões, buscando o incremento do número de programas em todo o país. Por outro lado, enquanto a graduação verificou patente ampliação do número de vagas, de modo a buscar corrigir o estrangulamento existente e possibilitar a ampliação do acesso ao nível superior por parte da crescente classe média, retribuindo, deste modo, seu apoio ao golpe de 1964 (Alves & Oliveira, 2014), critérios rigorosos de acesso à e de qualificação da pós-graduação foram estabelecidos. Com isso, na concepção de Chauí (1980), durante o Regime Militar a pós-graduação consubstanciou a elitização da educação superior ao mesmo tempo em que afirmou a pesquisa como dimensão indissociável da atividade docente. No entanto, uma real ênfase sobre pesquisas e produção científica ocorreu tão somente com o terceiro PNPG, já na segunda metade da década de 1980, uma vez que os dois primeiros estiveram enfocados em impulsionar a formação de professores de Ensino Superior e em fomentar a qualidade do mesmo (Mancebo, Vale & Martins, 2015).

No início da década de 1990, a conjunção entre crise econômica, atrofia fiscal e reorientação das prioridades nacionais, com enfoque na abertura econômica e comercial e geração de um ambiente favorável aos negócios e perda de centralidade de um projeto coordenado de ensino, produção científica e inovação tecnológica amparados por instituições e políticas públicas, levou a um ciclo de desinvestimento e arrefecimento da expansão da pós-graduação (pública) brasileira (Martins, 2008). A partir da segunda metade dessa década, entretanto, em um cenário de estabilização macroeconômica e de crescente articulação e capacidade de pressão de entidades civis pelo progresso científico e tecnológico, verificou-se gradual recuperação dos planos de expansão quali-quantitativa dos programas,

com um ajuste mais efetivo desses aos objetivos e metas de desenvolvimento econômico do país, especialmente no que se refere à articulação entre universidade e setor privado (Alves & Oliveira, 2014).

Essa expansão foi possível sobretudo após o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, com o objetivo de ampliar o sistema federal de educação superior e gerar condições para o acesso e permanência na graduação de um público antes marginalizado desse nível de ensino (sobretudo egressos de escolas públicas). Além disso, o PDE buscava melhorar o aproveitamento da infraestrutura e de recursos humanos existentes nas instituições federais de nível superior. Não obstante, Magalhães e Real (2018) comentam que em que pese o aumento de investimentos públicos na construção de novas instalações, expansão de *campi* para localidades antes deles desprovidas e contratação e aperfeiçoamento de técnicos e pesquisadores, o PDE de 2007 reforçou a crescente dependência entre ensino superior e mercado.

Nesse último aspecto, todavia, Mancebo, Vale e Martins (2015) consideram que a evolução do conhecimento no Brasil, resultado inquestionável da expansão da pós-graduação, tem sido cada vez mais atrelado à inovação, produto do crescente vínculo com o setor privado, o qual inclui não apenas uma paulatina captura das instituições de ensino superior públicas pelos interesses do mercado - por meio de uma dependência progressiva daquelas a mecanismos privados de financiamento, como forma de superar as frequentes limitações dos orçamentos públicos - mas inclusive, e sobretudo, através de um surpreendente processo de privatização do ensino superior que tem sido verificado desde meados da década de 1990 (Martins, 2008; Silva Jr., Ferreira, & Kato, 2013). Assim, se é verdade que houve expansão do ensino superior no país (crescimento de 263% no número de matrículas entre 1995 e 2010), esse avanço ocorreu sobretudo com base no setor privado, cuja evolução de matrículas no período foi de 347%, em detrimento do setor público (135%) (Mancebo, Vale & Martins, 2015). O quinto PNPG, do final da primeira década dos anos 2000, é bastante explícito nesse sentido, ao orientar o sistema de pós-graduação à geração de tecnologia e inovação e a um fortalecimento de vínculos com as empresas (CAPES, 2010).

Fortuijn (2012) alerta que o impacto das reformas neoliberais sobre a universidade é um fenômeno global, citando o caso das instituições europeias, as quais têm se transformado em “empresas de pesquisas” e “fábricas de diplomas”, submetidas crescentemente às condições de mercado, uma vez que recebem cada vez menos financiamento estatal e são progressivamente dependentes de patrocínios externos. Esse processo torna os pesquisadores reféns da necessidade de atrair esses recursos, uma vez que parcela crescente de seu tempo de trabalho é dedicada ao contato com patrocinadores e à “promoção de seus serviços”, além do fato de os critérios de ascensão profissional virem sendo cada vez mais atrelados à sua capacidade em granjear esses financiamentos, o que mina a necessária liberdade acadêmica de eleger temáticas de investigação, uma vez que essa seleção pauta-se por parâmetros que emanam da necessidade de se maximizarem lucros.

Comentário semelhante fazem Foote, Bednarz, Monk, Solem e Stoltman (2012), embora com acento menos crítico, sobre a realidade da pós-graduação nos Estados Unidos, ao

afirmarem que questões como prestação de contas, eficiência e coação para que se faça mais com menos são preocupações crescentes dos geógrafos investigadores em um contexto de restrições orçamentárias. Em perspectiva análoga, Kaya e Yavan (2012) alertam que cada vez mais países têm submetido seus programas de pós-graduação à lógica mercantil de balanço entre oferta e demanda, organizando-os de acordo com as necessidades sociais ditadas por uma racionalidade neoliberal que orienta a confecção de políticas no mundo globalizado. Nos países referidos pelos autores (EUA, Reino Unido, Suécia e Romênia) a pós-graduação já se converteu em um importante nicho econômico e as universidades portam-se como empresas que competem pela atração de estudantes internacionais.

No caso brasileiro, apesar das comentadas transformações de caráter quali-quantitativo em décadas recentes, pouco se ateu às disparidades geográficas e os programas de pós-graduação mantiveram notável concentração na Região Sudeste e, em menor medida, Sul do país. O PNPG publicado em 2010, nesse aspecto, busca solucionar essa questão, enfatizando a necessidade de correção de assimetrias regionais, além de criar uma agenda nacional de pesquisas em áreas prioritárias (CAPES, 2010). De modo geral, apesar das controvérsias suscitadas por transformações que, a princípio, foram engendradas por processos pouco democráticos e transparentes, a associação entre atividades de ensino e de pesquisa e mecanismos de seleção e avaliação progressivamente mais exigentes por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), produziram, nos últimos cinquenta anos, um corpo docente altamente qualificado e um progresso considerável no padrão e na aceitação internacional das investigações produzidas no Brasil (Alves & Oliveira, 2014).

A pós-graduação em geografia no Brasil

Dilemas e desafios da expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil

No Brasil, os fundamentos da Geografia científica ocorreram na década de 1930, com as fundações do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) em 1934 e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1937 (Silva, 2011). Se as primeiras quatro décadas foram marcadas por uma lenta consolidação, durante a qual essas instituições respondiam pela quase totalidade das pesquisas e produção intelectual realizadas, além de o aperfeiçoamento em nível de pós-graduação requerer a procura de programas estrangeiros (Silva, 2011; Curvelo, 2018), desde o início da década de 1970, por outro lado, inicia-se uma intensificação da expansão do ensino e pesquisas no âmbito da Geografia, uma vez que se amplia o interesse pelo conhecimento do território nacional.

Essa disposição resulta de uma conjuntura de expansão capitalista pelo interior do país e de progressiva integração entre regiões que até então se dispunham mal conectadas entre si, com uma vocação exógena e fundamentada quase que exclusivamente em relações comerciais com o exterior, quando não na autossustentação, em detrimento de

vínculos domésticos (Mota & Lopez, 2016). É nesse contexto que se verifica o advento da pós-graduação em Geografia no país. Desde então, novos programas têm se proliferado em todas as regiões, o que possibilita um crescente intercâmbio entre estas, bem como enseja oportunidades para que surjam estudos geográficos que explorem questões socioespaciais de distintas espécies, além de sugerir soluções a problemas de caráter local, regional e nacional (Curvelo, 2018).

O primeiro programa de pós-graduação surgiu em 1971 com os cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia Humana e em Geografia Física da Universidade de São Paulo (USP). Entre as décadas de 1970 e 1980 apenas sete novos cursos de mestrado e um de doutorado foram instituídos. Em termos de espacialização, tão apenas dois programas (de mestrado) surgiram na Região Nordeste e um (igualmente de mestrado) na Região Sul, todos os demais concentrando-se no Sudeste. De modo diverso, nas três décadas que se seguiram houve uma marcante expansão na pós-graduação nessa área do conhecimento. Essa difusão caracterizou-se pelo advento de programas de doutorado em universidades que já ofertavam mestrado e pela criação de novos programas de mestrado e doutorado em universidades presentes em todas as regiões do país (CAPES, 2020).

Silva (2011) alerta, entretanto, que muitas das propostas de novos programas que foram instituídos a partir dos primeiros anos do século XXI, embora coerentes e pertinentes, inspiram-se em seus pares mais antigos e apenas reproduzem temas e abordagens, desconsiderando uma importante fonte de investigações que seriam as estruturas ambientais e socioespaciais locais e regionais e que, afinal, justificaria em grande medida a instalação de um novo programa de pesquisas naquele marco geográfico. Nesse aspecto, Lencioni (2013) reconhece certo engessamento temático quanto às propostas de linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação em Geografia, uma vez que muitos – especialmente os recentemente instituídos – são dependentes da CAPES como fonte centralizada de financiamento, a qual também é responsável pelas avaliações periódicas a que são submetidos. Não obstante esse fato, em pesquisa destinada futura publicação constatamos que muitas das teses e dissertações defendidas nesses programas mais recentes refletem problemas locais/regionais e se amparam em metodologias originais.

Em todo caso, é fato que o Conselho Técnico-Científico (CTC), órgão da CAPES responsável pelas avaliações, tende a favorecer propostas de pesquisa em sintonia com o que consensualmente se estabeleceu como “problemas prementes” a serem trabalhados pela comunidade científica internacional, aqueles que não raramente estão definidos como prioritários nas agendas políticas dos Estados Nacionais e entes subnacionais e nas agendas comerciais de grandes empresas que vislumbram extensas possibilidades de lucros a partir da negociação sobre o conhecimento (ou produto) extraído das instituições de pesquisa. Por isso, em um contexto de inserção competitiva do ensino superior como mercadoria nos circuitos globais de trocas (de produtos, pessoas e conhecimentos), é compreensível a preocupação dos programas mais recentes em se adaptarem a essa coerção (Lencioni, 2013). De acordo com a autora (2013., p. 6),

(...) nessa questão sobre a autonomia da Universidade é que se coloca a face contra-producente da dependência dos programas de pós-graduação a um organismo centralizador externo. Cada programa sente as restrições, titubeia nas ousadias muitas vezes necessárias ao desenvolvimento da ciência, porque essas podem se traduzir em irresponsabilidade institucional, uma vez que pode comprometer os fundos que sustentam o programa.

Por outro lado, a autora reconhece que graças a esse mecanismo centralizado de avaliação dos programas de pós-graduação, foi possível a equiparação de titulações emitidas pelos distintos cursos em todas as regiões do país. Sem esse instrumento, um programa reconhecido em determinado estado, a partir de critérios particulares de avaliação não poderia sê-lo em outro, que utilizaria outros padrões de validação.

Se esse constrangimento vale para os projetos de pesquisa, no que se refere ao estabelecimento de novas linhas de pesquisa os programas contam com liberdade mais ampla, ainda que, temerosos de um menor reconhecimento científico e social e preocupados por não recair em temas de interesse provinciais, quase todos tendem a reproduzir as denominações e orientações emanadas dos programas consolidados. Esse fato, nos dizeres de Lencioni (2013), muitas vezes explica a não correspondência atual entre linhas de pesquisas e projetos que são desenvolvidos no âmbito da respectiva instituição. Existiria, assim, neste início de século, uma grande indefinição quanto ao que se tem desenvolvido no âmbito das instituições de ensino e pesquisa, derivada da comentada cautela quanto à afirmação de uma orientação já validada pelos grandes centros de pesquisa. Além disso, e talvez principalmente, essa indefinição resulta do fato de que a ciência de modo geral, e a Geografia em particular, passa por uma fase de rearranjo, na qual as antigas fronteiras temáticas são dissolvidas em benefício de uma abordagem multi ou transdisciplinar, que responde à necessidade de que se superem os particularismos e se estabeleçam relações entre os distintos saberes – até agora fragmentários –, uma vez que a ciência esgotou suas possibilidades de avanço com base nos velhos moldes enrijecedores e clama pela integração como único meio de se chegar a um grau universal de acercamento do real.

Essa indefinição não se restringe ao cenário brasileiro. Foote, Bednarz, Monk, Solem e Stoltman (2012) relatam que nos EUA constitui grande preocupação a necessidade de se redesenharem os programas de pós-graduação em Geografia, de modo que estes preparem os alunos para que sejam capazes de fazer as indagações que tradicionalmente estão presentes nas distintas áreas desta ciência, ao mesmo tempo em que são instrumentalizados para desenvolver percepções e ferramentas capazes de lidar com essas questões. Para os autores, ainda mais urgente é a necessidade de readequação dos programas para que os geógrafos se conectem com outras ciências e às questões presentes nos debates públicos de modo geral, simultaneamente a uma intensificação de seu engajamento em questões políticas, sociais e ambientais. Para tanto, urge uma remodelação que dissolva as tradicionais fronteiras entre os grandes campos da Geografia, permita ao aluno o desenvolvimento de um raciocínio transversal, além de facilitar e incentivar a incorporação de discentes e docentes procedentes de outras disciplinas, o que para Kaya e Yavan (2012) tem sido relativamente bem sucedido naquele país, pois, apesar dessas questões, a Geografia tem

conseguido fortalecer-se no cenário acadêmico e consolidar sua posição perante outras disciplinas.

Compreende-se, portanto, as dificuldades recentes para o estabelecimento de orientações aos novos programas e linhas de pesquisa no Brasil, país onde essa consolidação parece hesitante: sente-se a necessidade por mudanças, inclusive porque tanto as linhas de pesquisa como os currículos estão inextricavelmente relacionados a um “(...) projeto coletivo de desenvolvimento da ciência geográfica” (Lencioni, 2013, p. 15), porém há um desestímulo a incursões em “experimentações” por novas propostas que devem, antes de tudo, ser avaliadas, reconhecidas e financiadas.

Evolução da Pós-Graduação em Geografia no Brasil entre 1991 e 2020

A tabela 1 quantifica os programas de pós-graduação em Geografia por macrorregião nos anos de 1991, 2000, 2010 e 2020, enquanto a figura 1 expõe o avanço dos programas de pós-graduação em Geografia por Unidade Federativa entre 1991 e 2010, discriminando-os por tipo de instituição ofertante e quantificando a população por programa em cada território (uma medida da densidade de programas em cada Unidade da Federação).

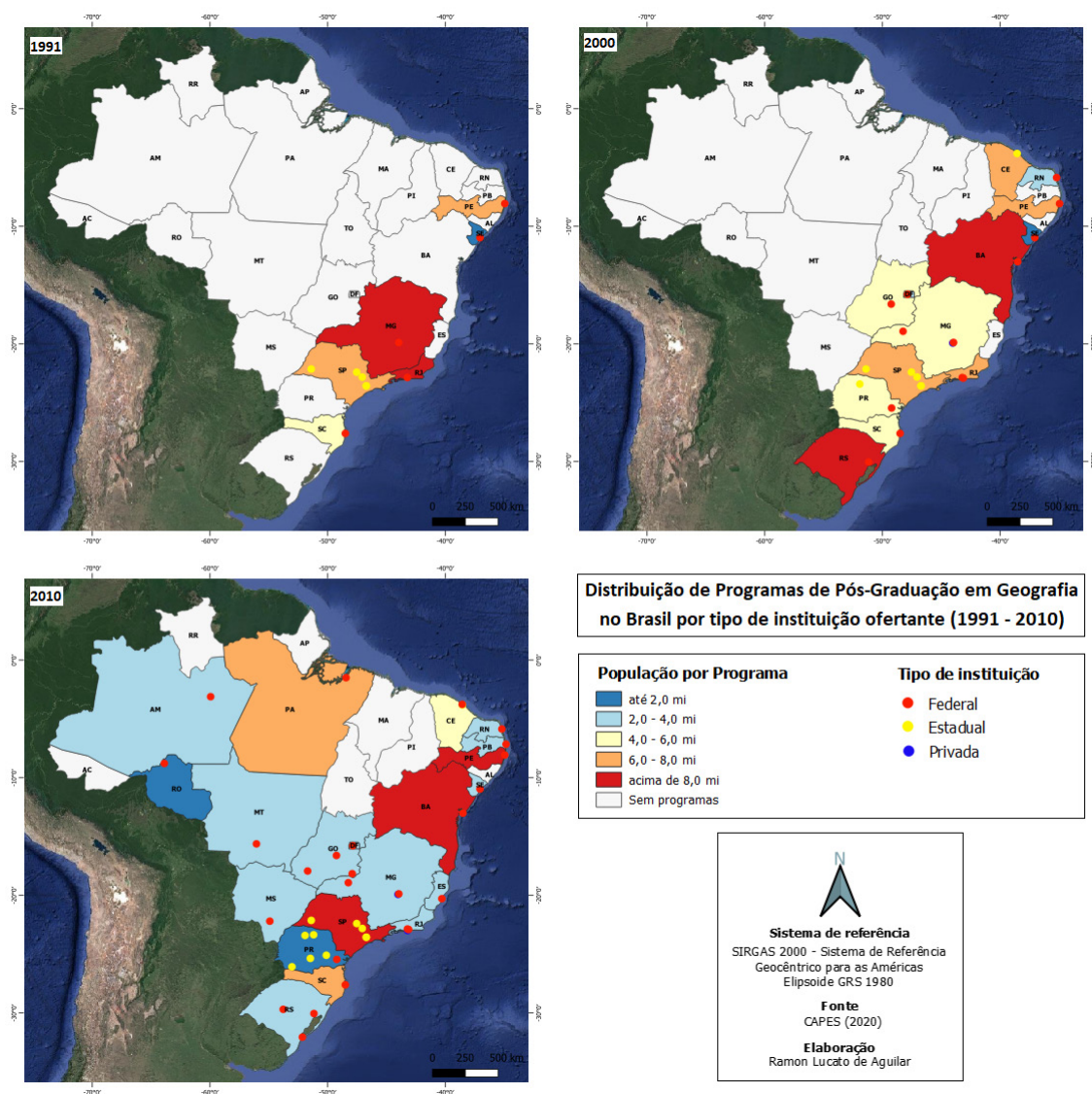
Tabela 1. Evolução dos programas de pós-graduação em Geografia por Macrorregião (1991 – 2020).

Região	Nº de programas			
	1991	2000	2010	2020
Centro-Oeste	0	2	7	11
Nordeste	2	5	7	19
Norte	0	0	3	8
Sudeste	7	10	13	25
Sul	1	4	10	14
Brasil	10	21	40	77

Fonte: elaborada a partir de CAPES (2020).

Em 1991 apenas seis estados contavam com programas de pós-graduação em Geografia. Dos dez existentes no país, São Paulo concentrava a metade, enquanto os demais distribuíam-se com um programa por Unidade Federativa entre Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Pernambuco. O estado melhor atendido na época era Sergipe, dada sua baixa população (1,49 milhão de habitantes) (IBGE, 2010). Vale notar que à época metade dos programas eram oferecidos por instituições estaduais – os cinco paulistas -, enquanto os demais por universidades federais.

Figura 1. Distribuição de Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil por tipo de instituição ofertante (1991 - 2010).



Fonte: elaboração própria a partir de CAPES (2020).

Durante a década de 1990 percebe-se que a difusão dos programas ocorreu sobretudo nos estados da fachada oriental do país, mais populosos. Em 2000, treze Unidades Federativas eram beneficiadas por cursos de mestrado e/ou doutorado em Geografia, somando-se àquelas de 1991 Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará. Dos 21 programas existentes, sete (um terço) eram oferecidos por instituições estaduais – além dos cinco programas paulistas existentes nove anos antes, somaram-se na última década do século os da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná - e um (4,8%) por uma instituição privada – o da PUC Minas. Os demais, 61,9% dos programas – eram proporcionados por instituições federais. Sergipe permaneceu como o estado de menor população por

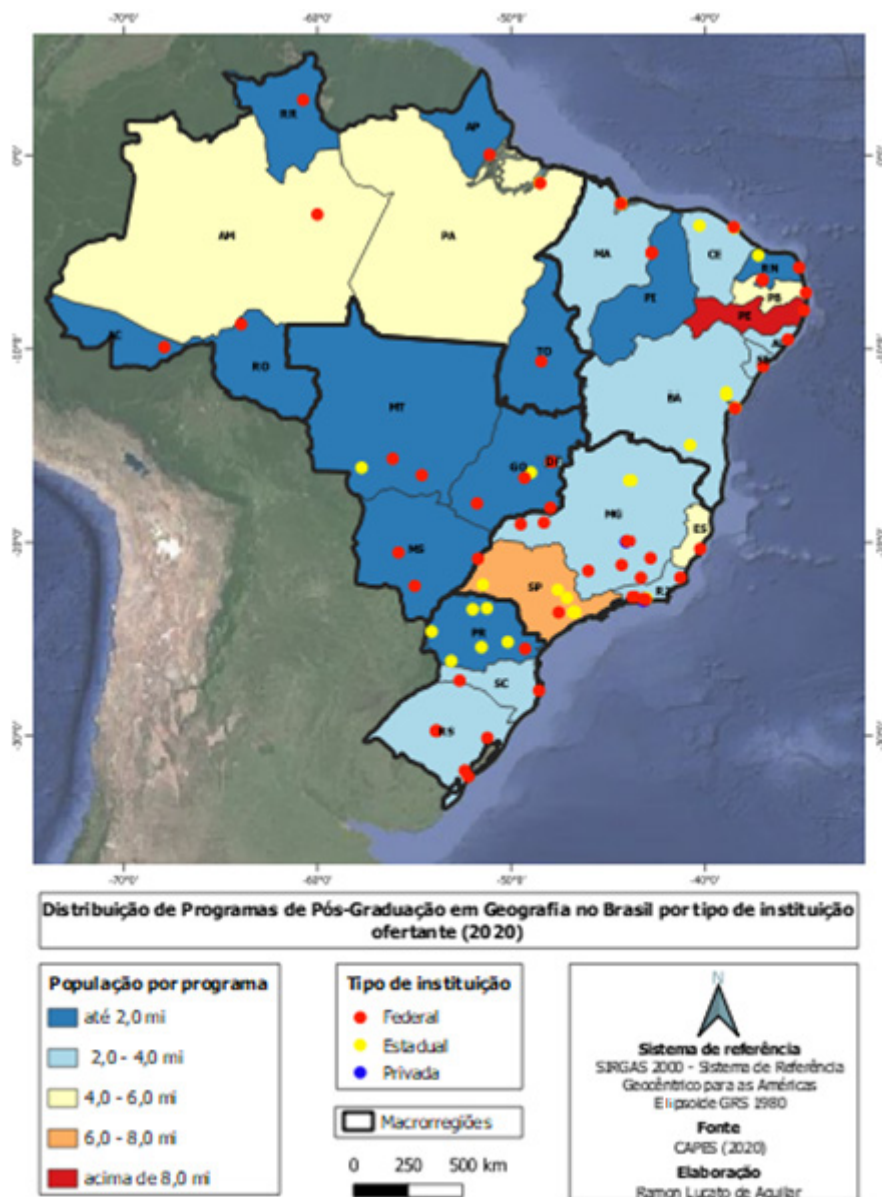
programa (1,782 milhão de habitantes para um único), seguido pelo Distrito Federal e pelo Rio Grande do Norte (2,043 e 2,772 milhões, respectivamente, para um programa cada).

A tônica dos anos 2000, conforme desvela o mapa 1, foi a expansão de programas para o oeste, nos estados menos populosos do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Além das Unidades Federativas já providas na virada do século, em 2010 enumeravam-se Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Rondônia. Nota-se, ademais, sua interiorização no âmbito de estados que já os dispunham na capital ou alguma cidade maior do interior, fato evidente no Rio Grande do Sul, com o advento dos programas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); em Goiás, com os programas dos *campi* interioranos da então Universidade Federal de Goiás (UFG) em Catalão e Jataí (atualmente Universidades Federais de Catalão - UFCAT - e de Jataí - UFJ, respectivamente); mas, sobretudo, no Paraná, estado cuja política de expansão do ensino superior à época torna-se manifesta no mapa: quatro novos programas nos anos 2000, isto é, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* Francisco Beltrão, e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Dos quarenta programas de pós-graduação em Geografia oferecidos ao final da primeira década do século XXI, doze (30%) estavam sediados em instituições estaduais - além dos recém instituídos paranaenses contava-se também o da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) -, dois (5%) em instituições privadas - advento do programa da PUC Rio - e o restante (65%) em universidades federais. A expansão paranaense fez com que o estado se convertesse em 2010 no segundo com menor população por programa (1,714 milhões de habitantes para cada um de seus seis programas), superado apenas por Rondônia, com 1,562 milhão de habitantes para seu único programa.

A figura 2 revela a distribuição atual dos programas de pós-graduação em Geografia, conforme dados de 2020 (CAPES, 2020).

Figura 2. Distribuição de Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil por tipo de instituição ofertante (2020).



Fonte: elaborado a partir de CAPES (2020).

Atualmente são 77 programas de pós-graduação em Geografia no Brasil. Com 25 programas, a Região Sudeste contempla 32,5%, enquanto a Região Norte, com apenas 8 programas (10,4%), é a menos beneficiada. Dentre todos, 51 (66,2%) são ofertados por universidades federais, 24 (31,2%) por estaduais e apenas dois (2,6%) por instituições privadas (fundacionais). Desde 2019 todas as unidades da federação contemplam alguma modalidade de pós-graduação em Geografia, sendo Acre e Amapá as últimas em instituir mestrados nessa área do conhecimento. O estado com a maior deficiência de programas em relação à sua dimensão demográfica é Pernambuco, com cerca de 9,617 milhões de habitantes para um único programa. Em seguida, São Paulo apresenta 7,715 milhões de habitantes por programa e é seguido pelo Pará, com 4,345 milhões de pessoas por programa. De modo

oposto, Rio Grande do Norte (um programa para cada 883 mil habitantes), Amapá (um programa para seus 861 mil habitantes) e Roraima (um programa para seus 631 mil habitantes) são os três estados mais bem atendidos.

O mapa 2 ilustra que o processo de interiorização iniciado na década anterior aprofundou-se nos anos 2010: novos programas surgiram naqueles estados onde a pós-graduação em Geografia já se considerava consolidada, a exemplo do Rio Grande do Sul, com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Programa “Ensino de Geografia em Rede”, da UFSM; de Santa Catarina, com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); do Paraná, com o novo *campus* da UNIOESTE em Marechal Cândido Rondon; de São Paulo, com o Programa de Mestrado Profissional em Geografia e do Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Territorial da América Latina e do Caribe, ambos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), e da Geografia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); do Rio de Janeiro, com os novos programas da UFF (em Campos dos Goytacazes), da UERJ (em São Gonçalo) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, em Nova Iguaçu); de Minas Gerais, com o novo *campus* da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em Ituiutaba, além de novos programas na Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF), de São João Del Rei (UFSJ), de Viçosa (UFV), de Alfenas (UNIFAL) e da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); e de Goiás, com o recém instaurado Programa da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Constatou-se igualmente, além dos mencionados casos, a instalação de programas no interior daqueles estados que conheceram a chegada dos primeiros cursos entre os anos 1990 e 2000 e que até então somente conheciam um programa, na capital. São os casos da Bahia, com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Mestrado Acadêmico em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); do Rio Grande do Norte, com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e com os novos programas de Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional em Geografia da UFRN, no *campus* interiorano de Caicó; do Ceará, com a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA); do Pará, com a Universidade do Estado do Pará (UEPA); do Mato Grosso, com o segundo programa do então *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Rondonópolis (atualmente Universidade Federal de Rondonópolis – UFR) e da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT); e do Mato Grosso do Sul, com os dois programas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), *campi* de Três Lagoas e de Aquidauana.

A evolução do número de programas desdobrados em cursos de Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado é revelada pela tabela 2. No que se refere ao nível, em 2020 apenas quatro cursos correspondiam a mestrado profissional, 73 a mestrado acadêmico e 37 a doutorado.

Tabela 2. Evolução dos cursos de pós-graduação em Geografia (1991 - 2020).

Região	1991				2000				2010				2020			
	MP	M	D	T	MP	M	D	T	MP	M	D	T	MP	M	D	T
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	2	0	2	0	7	1	8	0	11	5	16
Nordeste	0	2	0	2	0	5	0	5	0	7	3	10	2	17	7	26
Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	8	3	11
Sudeste	0	7	3	10	0	10	7	17	0	13	10	23	1	24	13	38
Sul	0	1	0	1	0	4	1	5	0	10	4	14	1	13	9	23
Brasil	0	10	3	13	0	21	8	29	0	40	18	58	4	73	37	114

MP: Mestrado Profissional;

M: Mestrado Acadêmico;

D: Doutorado;

T: Total

Fonte: elaborado a partir de CAPES (2020).

É notável um crescimento aproximadamente regular no número de cursos durante o período analisado por este estudo, ocorrendo duplicação a cada decênio, embora seja verificado um sutil decréscimo nesse compasso com o tempo. Assim, na década de 1990 houve um aumento de 123% (de apenas 13 cursos em 1991 para 29 em 2000); na década seguinte a expansão foi de exatamente 100% (58 cursos em 2010); e no último decênio o crescimento foi de 97%. Consta-se que, se houve expansão no número de mestrados acadêmicos (110%, 90% e 83% nas três décadas, respectivamente), a ampliação de programas por meio da fundação de cursos de doutorado foi mais significativa em termos relativos, uma vez que nos anos 1990 estes conheceram expansão de 166%, nos anos 2000 de 125%, e de 106% na década de 2010.

A tabela 3, finalmente, possibilita uma análise detalhada, a partir dos dados fornecidos pela tabela 1, do avanço de programas de pós-graduação segundo grandes regiões. São demonstradas as populações de cada região nos anos de referência e com quantos programas de pós-graduação em Geografia estas deveriam contar, mantidas a proporcionalidade em relação ao seu quantitativo demográfico e ao total de programas do país no momento. Em seguida calculou-se a diferença percentual entre o número real e o número ideal de programas para os quatro anos de referência.

Tabela 3. Evolução do número real e ideal de programas de pós-graduação em Geografia por Macrorregião (1991 - 2020).

Região	1991				2000			
	População ¹	Pe	Pr	Dif. (%)	População ¹	Pe	Pr	Dif. (%)
Centro-Oeste	9.412.242	0,64	0	-100	11.616.745	1,44	2	38,9
Nordeste	42.470.225	2,89	2	-30,8	47.693.253	5,91	5	-15,4
Norte	10.257.266	0,70	0	-100	12.893.561	1,60	0	-100
Sudeste	62.660.700	4,27	7	63,9	72.297.351	8,95	10	11,7
Sul	22.117.026	1,51	1	-33,8	25.089.783	3,11	4	28,6
Brasil	146.917.459	10	10	/	169.590.693	21	21	/
Região	2010				2020			
	População ¹	Pe	Pr	Dif. (%)	População ²	Pe	Pr	Dif. (%)
Centro-Oeste	14.058.094	2,94	7	138,1	16.504.303	6,00	11	83,3
Nordeste	53.081.950	11,13	7	-37,1	57.374.243	20,86	19	-8,9
Norte	15.864.454	3,33	3	-9,91	18.672.591	6,79	8	17,8
Sudeste	80.364.410	16,85	13	-22,9	89.012.240	32,37	25	-22,8
Sul	27.386.891	5,74	10	74,2	30.192.315	10,98	14	27,5
Brasil	190.755.799	40	40	/	211.755.692	77	77	/

Pe: n° estimado de programas para manter a proporcionalidade regional no ano respectivo.

Pr: n° real de programas.

Dif (%): diferença percentual entre o número real e o número estimado de programas.

¹IBGE (2010).

²Estimativas segundo IBGE (2020).

Fonte: elaborado a partir de CAPES (2020).

Observa-se que no início do período existia uma desproporcional concentração de programas na Região Sudeste (64% superior a sua representatividade populacional), enquanto as demais regiões, especialmente as Centro-Oeste e Norte – sem programas – estavam sub-representadas. Em 1991 as regiões Sul e Nordeste demonstravam uma defasagem de 34% e 31% no quantitativo de programas, respectivamente, em relação a suas populações. Durante a década de 1990 verificou-se um significativo esforço de equilíbrio nacional, pois em 2000 a sobrerrepresentação do Sudeste caiu para 12%, enquanto as regiões Centro-Oeste – com a instalação de dois programas - e Sul – com três novos programas - foram ajustadas ao que sugeriria sua demanda populacional (“superávits” de 39% e 29%, respectivamente), o mesmo não ocorrendo com o Nordeste, que se conservou deficitário (em 15%), embora menos que no início da década. Pontua-se que Centro-Oeste e Sul a partir de então mantêm-se sobrerrepresentados até o final do período, com destaque para a primeira região, que ao receber cinco novos programas na década de 2000 e quatro no decênio seguinte, e não demonstrando evolução populacional correspondente, expõe um “superávit” de programas de 138% ao final dos anos 2000 e 83% ao final dos anos 2010.

Nestas duas regiões, Centro-Oeste e Sul, foram concentradas a expansão da pós-graduação em Geografia na primeira década do presente século. Com cinco e seis novos

programas, respectivamente, demonstraram expansão, absoluta e relativa, mais intensa que as demais, e em 2010 expunham uma sobrerrepresentação de 138% (Centro-Oeste) e 74% (Sul). Essa concentração regional resultou em um desprovimento relativo em todas as demais, inclusive no Sudeste, que, embora concentrando a maioria dos programas, tornou-se sub-representado se considerada sua população. Ampliou-se a defasagem no Nordeste (de 15% para 37%), mas essa reduziu-se significativamente no Norte (de 100% para 10%), o qual foi contemplado com seus primeiros três programas na década, que, não obstante, não foram suficientes para equilibrar o “déficit” regional.

No decorrer da década de 2010, por outro lado, as super-representações do Centro-Oeste e Sul diminuíram, ainda que tenham permanecido significativas (de 138% para 83% e de 74% para 28% em 2020, respectivamente), enquanto o Norte, com cinco novos programas implantados, ingressa no grupo de regiões satisfatoriamente providas (seu “déficit” de 10% em 2010 converte-se em um “superávit” de 18% dez anos após). A Região Nordeste permanece sub-representada, embora com o menor “déficit” da série temporal (9%), enquanto o Sudeste conserva a defasagem anterior (23%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, é possível afirmar que as três últimas décadas foram caracterizadas pela expansão quantitativa e desconcentração dos programas de pós-graduação em Geografia, o que culminou na reversão do quadro inicial de extrema concentração no Sudeste, especificamente em São Paulo. Em 1991 apenas seis estados concentravam os dez programas existentes no país, sendo que São Paulo aglutinava a metade, todos em instituições estaduais, as quais, por isso, correspondiam a 50% da oferta brasileira de mestrados e/ou doutorados em Geografia. Em 2000, ainda que já se explicitasse o processo de difusão geográfica, apenas treze Unidades Federativas compreendiam esse tipo de programa, com notáveis lacunas nas regiões Centro-Oeste e Norte. Nesse momento, alcançou-se certa estabilidade na oferta por tipo de instituição, uma vez que o balanço entre universidades federais e estaduais oscilou na proporção aproximada de dois terços para um terço, respectivamente, até o final do período. No que se refere à oferta por instituições privadas, esta alcançou máxima relevância em 2010, embora com um modesto 5%, caindo dez anos após para a metade, uma vez que adversamente à política expansionista de instituições públicas, a oferta privada desde a primeira década do século tem se restringido a apenas duas instituições.

Se a década de 1990 conheceu expansão longitudinal nos programas de pós-graduação em Geografia, a seguinte experimentou uma difusão latitudinal, pois os estados ocidentais, das regiões Centro-Oeste e Norte, assistiram à instalação de seus primeiros programas na época. Simultaneamente, aqueles estados que já eram contemplados testemunharam sua interiorização, conforme atestam os casos do Rio Grande do Sul, Goiás e, notadamente, Paraná. Na última década da série, o Brasil enfim experimentou uma real difusão geográfica da pós-graduação em Geografia, chegando a 2020 com pelo menos um

programa em todas as Unidades da Federação, além da consolidação e difusão interior naquelas mais populosas e que já contemplavam programas desde anos anteriores.

De modo amplo, constatou-se um crescimento aproximadamente constante, em termos relativos, no número de programas no país nos últimos trinta anos, a uma taxa que corresponde aproximadamente à duplicação de seu número a cada década. Quando esses valores são desagregados por tipo de curso, isto é, mestrado profissional, mestrado acadêmico ou doutorado, percebe-se uma taxa de expansão sensivelmente mais pronunciada no último caso, o que possibilita a conclusão de que a abertura de doutorados nos centros que já ofereciam mestrados foi mais célere que a expansão/interiorização de unidades acadêmicas ou programas de pós-graduação, os quais comumente iniciam apenas com mestrados até que obtenham capacitação e desempenho que lhes qualifiquem para a instituição de um doutorado.

Por último, ao contrário do senso comum, o Sudeste não está, desde os primeiros anos do século, sobrerrepresentado por esses programas, encontrando-se, em realidade, em condição “deficitária” se considerada sua importância demográfica em relação às demais regiões. A Região Nordeste, por outro lado, é a única que se manteve “deficitária” em todo o período, embora essa defasagem sugira tendência decrescente. As demais regiões, notadamente Centro-Oeste e Sul, foram as maiores beneficiadas, no que se refere à Geografia, da política recente de desconcentração e expansão quantitativa da pós-graduação no Brasil.

Embora se compreenda que essa disseminação tenha parcialmente atendido às demandas recentes e crescentes de mercantilização do ensino e da pesquisa e que, em concordância com Lencioni (2013) e Silva (2011), uma breve inspeção sobre os títulos de dissertações e teses publicadas no âmbito desses novos programas revele que ainda exista certa dependência temática em relação a seus pares ancestrais, observa-se que – não obstante esse aspecto evada os objetivos deste artigo e seja parte de uma publicação em preparo – em anos recentes as monografias defendidas naqueles programas tendem a se ocupar progressivamente com assuntos particulares do lugar ou região onde se instalam, além de buscar metodologias alternativas, possibilitando que se levem respostas às demandas locais e justificando a expansão geográfica da pós-graduação em Geografia não apenas desde um ponto de vista quantitativo, como qualitativo.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. F., & Oliveira, J. F. (2014). Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30 (2), 351-376, 2014. doi: <https://doi.org/10.21573/vol30n22014.53680>
- Brasil (1966). *Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966*. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0053.htm
- CAPES (2010). *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011/2020*. Brasília: CAPES.
- CAPES (2020). *Cursos Avaliados e Reconhecidos*. Brasília: CAPES, 2020. Recuperado de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBuscaAvancada.jsf>.

- Chauí, M. S. (1980). Ventos do progresso: a universidade administrada. In: B. Prado Jr., M. Tragtenberg, M. S. Chauí, & R. Romano (Orgs.), *Descaminhos da educação pós-68* (pp. 31-56). São Paulo: Brasiliense.
- Curvelo, M. C. S. (2018). *O ensino no cenário da pós-graduação em Geografia no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26482>
- Foote, K.; Bednarz, S., Monk, J., Solem, M., & Stoltman, J. (2012). Rethinking Postgraduate Geography Education in USA: Issues and Concerns. *Journal of Geography in Higher Education*, 36 (1), 57-64. doi: <https://doi.org/10.1080/03098265.2011.641113>
- Fortuijn, J. D. (2012). Rethinking Postgraduate Education in Geography: The Case of The Neetherlands. *Journal of Geography in Higher Education*, 36 (1), 43-48. doi: <https://doi.org/10.1080/03098265.2011.641114>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Sinopse do Censo Demográfico 2010: População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1872/2010*. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.
- Kaya, I., & Yavan, N. (2012). Conclusion. In: N. Yavan, & I. KAYA (Eds.), *International perspectives on postgraduate education and training in Geography* (pp. 159-165). Diyarbakir: A grafik.
- Lencioni, S. (2013). Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. *Revista da ANPEGE*, 9 (11), 6-19. doi: <https://doi.org/10.5418/RA2013.0911.0001>
- Magalhães, A. M. S., & Real, G. C. M. A. (2018). Produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa REUNI: tendências e lacunas. *Avaliação*, 23 (2), 467-489. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200011>
- Mancebo, D., Vale, A. A. & Martins, T. B. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995 – 2010. *Revista Brasileira de Educação*, 20 (60), 1-13. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>
- Martins, A. L. M. (2008). A marcha do “capitalismo universitário” no Brasil nos anos 1990. *Avaliação*, 13 (3), 733-743. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300006>
- Mota, C. G., & Lopez, A. (2016). *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34.
- Moutinho, Z. A. (2013). As pesquisas sobre ensino nas principais revistas de Geografia do Brasil nos últimos 10 anos. *GeolUSP – espaço e tempo*, 37 (3), 160-173. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.75445>
- Pinheiro, A. C. (2017). Dez anos de pesquisa acadêmica em educação geográfica no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. *Revista Interface*, 14, 6-18.
- Silva, J. B. (2011). A pesquisa e a produção geográfica. *Revista da ANPEGE*, 7 (1), 135-146. doi: <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0012>
- Silva Jr., J. R., Ferreira, L. R., & Kato, F. B. G. (2013). Trabalho do professor-pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*, 18 (53), 435-456. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000200011>

Recebido em 01/set./2021

Aceito em 30/set./2023

Publicado em 10/dez./2023